

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o **CARF**

27/10/2015

Valor Econômico

Operação Zelotes avança sobre filho de Lula

Valor Econômico - 27/10/2015

LETÍCIA CASADO E ANDRÉ GUILHERME VIEIRA

A Polícia Federal prendeu ontem seis investigados na Operação **Zelotes** por tráfico de influência e corrupção e cumpriu 18 mandados de busca - inclusive no escritório da LFT Marketing Esportivo, de Luis Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A PF também tomou depoimento do ex-chefe de gabinete de Lula e ex-ministro da presidente Dilma Rousseff, Gilberto Carvalho, suspeito de "conluio com lobista" em "defesa de interesses do setor automobilístico", segundo o relatório de inteligência policial que embasou os pedidos.

A Operação **Zelotes** apura suspeitas de manipulações em julgamentos do **Carf**, segunda instância de recursos administrativos à Receita Federal, vinculada ao Ministério da Fazenda. Em sua nova fase, avança sobre as MPs do setor automotivo.

O dono da Caoa, fabricante de alguns modelos da Hyundai, Carlos Alberto Oliveira Andrade, foi um dos nove levados por condução coercitiva para depor na PF. Ele foi ouvido na condição de testemunha, segundo o advogado José Roberto Batocchio. Andrade respondeu sobre investimentos em publicidade feitos no Torneio Touchdown, campeonato de futebol americano organizado no Brasil pelo filho de Lula.

Na decisão em que autorizou o cumprimento de 33 mandados judiciais, a juíza federal de Brasília, Célia Regina Og Bernardes, afirmou ser "muito suspeito" que a empresa de Luis Claudio tenha recebido "valor tão expressivo" da empresa Marcondes e Mautoni, que mantém "contatos com a administração pública". Também investigada pela **Zelotes**, a Marcondes e Mautoni fez repasse milionário à LFT a título de prestação de serviços esportivos.

"Tem razão o MPF [MINISTÉRIO PÚBLICO Federal] ao afirmar ser muito suspeito que uma empresa de marketing esportivo receba valor tão expressivo de uma empresa especializada em manter contatos com a Administração Pública (Marcondes e Mautoni), o que justifica a execução de busca e apreensão na sede da empresa", escreveu a juíza

A **Zelotes** prendeu o dono da empresa, Mauro Marcondes, e sua esposa, Cristina Mautoni. Marcondes era vice-presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). A entidade informou que suspendeu Mauro Marcondes.

Segundo o MPF do Distrito Federal, a LFT Marketing Esportivo é suspeita de irregularidades envolvendo a edição da medida provisória 627/2013 que foi convertida na lei 12.973/2014, que prorrogou a isenção fiscal para montadoras de automóveis. Ao despachar o pedido do MPF, a juíza examina a movimentação financeira de saída da Marcondes e Mautoni, e cita que a LFT recebeu R\$ 1,5 milhão da empresa. Outros R\$ 3 milhões foram recebidos por Mauro Marcondes, R\$ 1 milhão por Cristina Mautoni e R\$ 200 mil pela SGR.

Outras duas MPs, 471 e 512, de incentivo fiscal às montadoras estão sob suspeita.

O advogado Cristiano Zanin Martins, que defende Luis Claudio, classificou como "despropositada" a ação da PF na Touchdown "na medida em que essa empresa não tem qualquer relação com o objeto da investigação" da **Zelotes**. Martins alega que, no caso da LFT Marketing Esportivo, a empresa se viu "indevidamente associada à edição da medida provisória. (...) A simples observação da data de constituição da empresa é o que basta para afastá-la de qualquer envolvimento com as suspeitas levantadas".

De acordo com relatório de inteligência da PF, Gilberto Carvalho atuou de maneira combinada com Mauro Marcondes e com a SGR Consultoria Empresarial, do ex-conselheiro do **Carf** José Ricardo da Silva - outro escritório que a PF crê ser destinado a lobby. As empresas teriam pago R\$ 6,4 milhões a colaboradores para garantir a edição da 471/2009, que estendeu em cinco anos os benefícios fiscais concedidos por legislação de 1999. Para a PF, as montadoras que mais se beneficiaram do suposto esquema foram a Caoa e a MMC Automotores, representante da Mitsubishi no Brasil.

Em nota, Carvalho negou interferência na elaboração das MPs e disse que foi à PF "prestar esclarecimentos no interesse da Justiça" - e respondeu a todas as perguntas feitas pela delegada Graziela Machado, sem a presença de advogado. A MMC Automotores do Brasil "informa que já vinha colaborando com as investigações", "pois a empresa tem todo o interesse em esclarecer os fatos."

Além de Marcondes e Cristina, também foram presos o ex-conselheiro do **Carf**, José Ricardo da Silva e seu sócio no escritório JR Silva, Eduardo Valadão; e os lobistas Alexandre Paes dos Santos e Halysson Carvalho, ex-suplente de deputado federal pelo PMDB do Piauí.

Segundo a investigação, o ex-conselheiro José Ricardo seria advogado e sócio de empresas que ofereceriam "assessoria jurídica" para dissimular negociações ilegais ou obtenção de vantagens junto a órgãos dos poder público - com foco no **Carf**, responsável pelo julgamento de recursos administrativos de autuações da Receita. Assim, o esquema tratava de influenciar e corromper conselheiros para cancelar autos de infrações, resultando em economia milionária para empresas autuadas.

Foram também alvo de mandado de busca, Lytha Spíndola, ex-secretária-executiva da CÂMARA de Comércio Exterior (Camex) e Fernando César Mesquita, ex-secretário de imprensa do ex-presidente José Sarney e ex-diretor de Comunicação do SENADO. Eles

teriam sido beneficiados com repasses do esquema junto a montadoras.

A **Zelotes** repercutiu no SENADO, onde está instalada a CPI do **Carf**. O senador que a preside, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse que vai apresentar requerimentos para convocar o ex-presidente Lula e seu filho Luis Claudio, e os ex-ministros Gilberto Carvalho e Erenice Guerra (Casa Civil). Já o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) quer a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e bancário da LFT Marketing Esportivo. (Colaborou Vandson Lima, de Brasília).

Projeto sobre repatriação está na pauta da Câmara

Valor Econômico - 27/10/2015

CRISTIAN KLEIN

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal pautaram para esta semana quatro projetos com impacto econômico que têm alta ou muito alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo levantamento do grupo Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o Valor Política.

No Senado, está a proposta com mais alta probabilidade de aprovação. É a MP 680/2015, que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Com alta chance de aprovação, tramita na Casa ainda a Lei de Responsabilidade das Estatais, que estabelece regras de governança e indicação de integrantes para os conselhos administrativo e fiscal das empresas públicas.

Na Câmara, os deputados discutem dois projetos com alta chance de aprovação. O PL 2960/2015, trata da regularização de recursos no exterior. A segunda proposta é a MP 687/2015, que autoriza a correção monetária de alíquota da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Condecine) e de taxas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ao todo, 30 projetos com relevância econômica estão na pauta de votação em plenário ou em caráter terminativo nas comissões (quando não precisam passar pela análise do plenário). A projeção sobre o potencial de estas matérias virarem leis foi feita com base em modelo estatístico que considera o histórico de votações do Legislativo desde 1988.

As comissões da Câmara dos Deputados marcaram nove audiências para debater temas economicamente relevantes. Entre os destaques está o debate sobre o pagamento de precatórios, para o qual estão previstas as presenças dos governadores Renan Filho (PMDB-AL), Marconi Perillo (PSDB-GO), Paulo Hartung (PMDB-ES), Luiz Fernando Pezão (PMDB-RJ), Geraldo Alckmin (PSDB-SP), Beto Richa (PSDB-PR) e José Ivo Sartori (PMDB-RS), na quarta-feira.

No mesmo dia, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, participa de audiência sobre os planos de produção e estímulo à modernização de indústrias nacionais, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). Na quarta, em comissão especial, haverá debate sobre o projeto de lei 1013 de 2011, sobre a fabricação e venda de veículos a óleo diesel, com o presidente da Volkswagen do Brasil, David Powels, e o da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan.

As comissões do Senado marcaram dez audiências públicas para debater temas economicamente relevantes. Entre os destaques está a sessão da CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) que ouve o ex-conselheiro João Batista Gruginski e o CEO da Huawei do Brasil, Jason Zhao. A CPI investiga o caso de corrupção e tráfico de influência que veio à tona com a Operação Zelotes. Será na quinta-feira.

No mesmo dia o ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, participa de audiência na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) sobre a matriz energética brasileira. Na quarta, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o ministro da Saúde, Marcelo Castro, debate sobre prevenção e controle do câncer de colo do útero e de mama.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o grupo Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello), para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Tribunal cancela autuação por transferência de ágio

Valor Econômico - 27/10/2015

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 4a Região considerou legal uma operação de transferência de ágio para abatimento de TRIBUTOS e cancelou autuação fiscal milionária contra a fabricante de móveis Todcschini. A decisão, proferida pela 2a Turma, é a primeira de segunda instância sobre o assunto, segundo advogados. A União agora tenta levar o caso para os TRIBUNAIS SUPERIORES.

A Todcschini foi autuada em junho de 2011 pela amortização do ágio da base de cálculo do IMPOSTO DE RENDA da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da CSLL. Entre 2008 e 2010. Para a Fazenda, a operação teria sido simulada com o intuito de abater os TRIBUTOS. Porém, comprovou-se por meio de perícia no processo que a operação foi realmente realizada.

Segundo o processo, a operação foi iniciada com a compra de ações da Móveis Carraro pela Itálínea Industria de Móveis, controlada pela Todeschini. Após a realização do negócio, houve uma cisão parcial da Itálínea e a Todeschini absorveu as ações adquiridas, amortizando, posteriormente, o ágio.

Na época da autuação, a Todeschini preferiu recolher os TRIBUTOS exigidos - IRPJ e CSLL -, com redução de 50% de multa, em um total de R\$ 18,6 milhões. Porém, após rever a legislação, considerou ilegais as exigências e procurou o JUDICIÁRIO para pedir a restituição ou compensação do valor.

Com a perícia realizada no processo judicial, ficou comprovado ter havido pagamentos por meio de cheque e transferências BANCÁRIA pelas ações, que constam nos registros contábeis da Itálínea. O montante registrado seria de R\$ 65 milhões.

Em primeira instância, a Justiça já tinha sido favorável à Todeschini, mas a Fazenda Nacional recorreu. Na decisão da 2ª Turma do TRF, os desembargadores entenderam que a perícia analisou pormenorizadamente a operação e concluiu pela sua regularidade.

"Todos os atos negociais foram realizados com transparência, sem fraude ao Fisco, pois nas operações não se pretendeu enganar, ocultar ou iludir a atuação fiscal, ou seja, restou afastada a tese de que houve simulação ou conduta fraudulenta", diz na decisão o relator, desembargador federal Otávio Roberto Pamplona. Com isso, a Fazenda Nacional terá que restituir ou compensar os valores pagos de IRPJ e CSLL, com correção monetária feita pela SELIC.

O julgamento é importante, segundo o advogado Maurício Faro, do Barbosa Müssnich Aragão, porque poucos casos de ágio foram levados à Justiça. A maioria está na pauta do CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF), que paralisou suas atividades. E, diante de derrotas, algumas empresas preferiram aderir a programas de parcelamento.

"A decisão pode dar um novo rumo para as discussões e tornar-se um paradigma na Justiça", diz Faro, que destacou o fato de o TRF da 4ª Região ter levado em consideração o resultado da perícia.

Para advogados, é importante ainda destacar que o caso é de transferência de ágio - no qual as empresas envolvidas não são do mesmo grupo econômico - e não de ágio interno.

De acordo com o advogado Roberto Quiroga, do Mattos Filho Advogados, pontos importantes foram abordados no julgamento. Ele chama atenção para o fato de os desembargadores entenderem que não há vedação em lei para a amortização e a comprovação, por meio de perícia, de que a operação foi realmente realizada.

As decisões do **CARF** que tratam de transferência de ágio, acrescenta Quiroga, têm sido em sua maioria a favor dos contribuintes. "Porém, têm que ser analisados os detalhes de cada operação", diz.

Igor Santiago, do Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados, também considera a posição do TRF correta, uma vez que ficou caracterizado que não houve qualquer simulação. "Não houve a criação de um pagamento artificial pelas ações. Esse ágio realmente existia", a firma.

A discussão, de acordo com Santiago, estava na pauta Câmara Superior do **CARF**. Porém, com a OPERAÇÃO **ZELOTES**, o conselho decidiu suspender suas atividades. "A decisão judicial me surpreendeu porque ainda são poucos os casos levados à Justiça." O uso de perícia no julgamento também foi destacado pelo advogado Diego Aubin Miguita, do Vaz, Barreto, Shingaki e Oioli Advogados. "I louve a comprovação de que esse uso do ágio era legítimo", diz.

Segundo Miguita, esses julgamentos dependem das características de cada operação. "Difícilmente a discussão chega ao S1J [SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA] porque, pela Súmula 7, não pode rever provas." Por nota, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que "essas operações de cisão, incorporação e fusão, nas quais não resta demonstrado qualquer propósito negociado evidente, são, na verdade, negócios jurídicos simulados com o intuito de se criar um ágio dedutível pelo contribuinte".

A nota ainda acrescenta que, "em sua maioria, os tribunais têm reconhecido a ocorrência de simulação por parte de grupos econômicos no afã de criar vantagens tributárias indevidas". Para a PGFN, o caso julgado é isolado "e decorre da interpretação das provas constantes dos autos que, segundo os desembargadores do TRF da 44 Região, não eram aptas a demonstrar o planejamento tributário abusivo perpetrado pelo contribuinte".

Procurado pelo Valor, o advogado da Todeschini no processo, Alessandra Spiller, informou que a fabricante prefere não se manifestar.

Desembargadores mantêm multas por simulação

De São Paulo Os Tribunais Regionais Federais (TRF) têm sido favoráveis à manutenção de autos de infração sofridos por contribuintes que amortizaram ágio interno da base de cálculo do IMPOSTO DE RENDA da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). O ágio interno é gerado em operações societárias envolvendo apenas empresas do mesmo grupo.

As decisões judiciais têm sido contrárias aos contribuintes mesmo em casos anteriores à Lei de 14.973, de 2014, que vedou expressamente essa compensação. Os julgados seguem

o entendimento majoritário do CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF).

Em maio, o grupo Dass, fabricante de calçados no sul do país, teve mantida em parte autuação que tratou de ágio interno na 1ª Turma do TRF da 4ª Região. A companhia alegou que não pretendia questionar o débito principal, mas a elevação da multa de ofício, com a alegação de fraude, e a multa de 150% - que teria, segundo o contribuinte, caráter confiscatório, como já teria definido pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Ainda argumentou que as alterações societárias não foram realizadas com o intuito de fraude, até porque o uso do ágio estava previsto em lei.

De acordo com a FISCALIZAÇÃO da RECEITA FEDERAL, a Dass teria criado um ágio fictício de mais de R\$21 milhões, por meio de operações de compra e venda de empresas do mesmo grupo econômico. A Dass, controladora da Dass Sul, teria comprado cotas da H Branco Representações, todas do mesmo grupo. E dias depois, com cisão da H Branco, a Dass Sul teria incorporado suas cotas.

"Após 13 dias tudo voltou ao mesmo estado em que era antes. A Dass tornou a ser a controladora da Dass Sul, com mais de 99,99% das cotas. Ou seja, H. Branco Representações foi usada como "empresa veículo" para reavaliar o patrimônio de Dass Sul e gerar um "ágio interno", diz a decisão.

Em setembro de 2014, a 3ª Turma do TRF da 3ª Região, com sede em São Paulo, manteve uma autuação fiscal no valor de R\$ 60 milhões contra a Libra Terminal 35, empresa do Cirupo Libra, operador portuário e de logística de COMÉRCIO EXTERIOR. No julgamento, a Fazenda Nacional alegou que a empresa construiu estruturas "ocas" com o único propósito de aproveitar o benefício tributário descrito no artigo 7 da Lei n - 9.532, de 1997.

O grupo Libra já tinha pedido desistência da ação e incluído a dívida no Refis. O pedido, porém, foi recusado pelo relator, juiz federal convocado Rubens Calixto. No caso, os desembargadores analisaram ágio interno amortizado pela Libra Terminal 35 entre os anos 2001 e 2002, resultante da incorporação da coligada ZBT Terminais Santos.

Em sua decisão, o juiz federal convocado Rubens Calixto considerou a autuação correta e manteve a sentença de primeiro grau. Para ele, somente em situações muito peculiares, objetivas e com comprovado fundamento econômico poderia ser admitido ágio por expectativa de rentabilidade entre empresas do mesmo grupo econômico.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou, por meio de nota, que "a jurisprudência sobre o assunto é amplamente favorável à Fazenda Nacional na medida em que as operações de dedução de ágio interno decorrem de negócios jurídicos simulados por empresas do mesmo grupo econômico (ou seja, sem nenhum propósito negociado) a fim de reduzirem o quantum tributário devido".

O Grupo Libra, por sua vez, afirmou que o processo já foi arquivado e que havia pedido desistência pelo fato de ter aderido ao Refis. Já o Grupo Dass não deu retorno até o fechamento da edição. (AA)

O Estado de S.Paulo

Lula responsabiliza Dilma por operação

O Estado de S. Paulo - 27/10/2015

Em conversas reservadas, ex-presidente manifesta mágoa com busca da PF em empresa do filho e afirma que "situação passou dos limites"

VERA
TÂNIA
ISADORA PERON / BRASÍLIA

ROSA
MONTEIRO

Na véspera de completar 70 anos, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não escondeu a mágoa com Dilma Rousseff e responsabilizou a sucessora pela operação de busca e apreensão feita pela Polícia Federal na empresa LFT Marketing Esportivo, pertencente a Luís Cláudio, seu Filho mais novo. Em conversa com pelo menos três amigos, ontem, em momentos distintos, Lula se queixou de Dilma e disse que a situação "passou dos limites".

Para o ex-presidente, Dilma só ouve o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo - que, na sua avaliação, quer apenas "aparecer" -, e não entende que, em nome do combate à corrupção, pode destruir o projeto político do PT.

Em São Paulo, o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, tentou ontem pôr panos quentes na crise e acalmar Lula. Não conseguiu. "O governo não tem qualquer interferência nas investigações. Agora, nem a Operação Lava Jato nem a Zelotes podem ser a agenda do País", disse Wagner. "Precisamos virar essa página."

Lula estará na quinta-feira em Brasília, para participar da reunião do Diretório Nacional petista, e vai pregar uma forte reação do partido ao que chama de "ofensiva" para destruir o PT e o seu legado. Na ocasião, receberá a solidariedade dos correligionários.

Além de Luís Cláudio, o presidente do Sesi, Gilberto Carvalho - chefe de gabinete de Lula de 2003 a 2010 e ministro da Secretaria-Geral da Presidência no primeiro mandato de Dilma - também foi citado no relatório da Operação Zelotes. Braço direito de Lula, apelidado por ele de "Gilbertinho", Carvalho prestou depoimento ontem no inquérito que investiga a denúncia de compra de medidas provisórias para favorecer o setor automotivo.

"Mentirão". Um dos amigos que conversaram com Lula contou que ele estava "furioso" e chegou a chamar a delação premiada feita em outras operações, como a Lava Jato, de "mentirão premiado". Disse, ainda, que o governo Dilma "perdeu o controle" das investigações e que ilações são vazadas, sem prova, para enfraquecê-lo e impedir uma nova candidatura dele, em 2018.

No diagnóstico de Lula, a Polícia Federal está cometendo "abusos", com desrespeito à Constituição, e os acusados não têm acesso às acusações para se defender. "Agente não pode permitir que ladrões queiram pôr na nossa testa o carimbo da corrupção", afirmou.

Abatido, ele disse não querer impedir nenhum inquérito e lembrou que, em 2007, até seu

irmão Genival Inácio da Silva, o Vavá, foi investigado pela PF na Operação Xequê Mate. Comentou, porém, que, à época, não havia "perseguição".

O ex-presidente disse ter perdido até mesmo o ânimo para comemorar, hoje, o seu aniversário, mas o Instituto Lula vai organizar uma reunião para lembrar a data. Os amigos queriam promover uma festa para Lula, na quinta-feira, no restaurante São Judas, em São Bernardo do Campo. Na semana passada, porém, ele pediu para cancelar a confraternização.

Em nota, o Instituto Lula afirmou que "não têm qualquer fundamento" as informações de que o ex-presidente responsabilizou Dilma pela ação da Polícia Federal.

•Reunião

A presidente Dilma Rousseff passou a tarde de ontem reunida com a Junta Orçamentária para discutir a meta fiscal de 2015. O Palácio do Planalto não se posicionou sobre a Operação **Zelotes**.

Oposição vai insistir na convocação de citados

O Estado de S. Paulo - 27/10/2015

Para opositoristas, há ambiente propício para aprovar requerimentos no Congresso; governo promete barrar pedidos

ISABELA
DAIENE CARDOSO / BRASÍLIA

BONFIM

O governo vai agir nesta semana para evitar a convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de seus parentes e de pessoas ligadas ao petista em comissões do Congresso. A estratégia dos governistas é obstruir sessões e apontar ausência de relação entre as denúncias, o alvo das investigações dos colegiados e os personagens próximos ao antecessor de Dilma Rousseff.

A oposição ganhou novo ânimo após as investigações da Polícia Federal chegarem a Luís Cláudio Lula da Silva, filho do petista, e ao ex-ministro Gilberto Carvalho, na nova fase da Operação **Zelotes**, deflagrada ontem. Além disso, está na mira dos opositoristas o pecuarista José Carlos Bumlai, amigo de Lula e alvo da Operação Lava Jato.

O presidente da CPI do **Carf**, Ataídes de Oliveira (PSDB-TO), afirmou que vai colocar em pauta a convocação ex-ministros e Luís Cláudio para falarem à comissão. "Quero ouvir a ex-ministra (da Casa Civil) Erenice (Guerra), o ex-

ministro Gilberto Carvalho e o filho do Lula", afirmou.

Os requerimentos de convocação foram negados anteriormente por senadores que alegaram que as suspeitas de compra de MPs não estavam ligadas aos assuntos da CPI. Para o senador, o ex-conselheiro do Carf, José Ricardo, e o lobista Alexandre

Paes Santos, que foram presos ontem, "são do núcleo nervoso" das fraudes. "Eu acredito que essas prisões mudam toda a história da Operação Zelotes, inclusive os trabalhos da CPI do Carf aqui no Senado."

Com o objetivo de garantir a convocação de Luís Cláudio, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou à CPI pedidos para quebrar sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa LFT Marketing Esportivo. Ele afirmou que é prudente aprovar a quebra de sigilo da LFT para tentar comprovar pagamentos feitos pela Marcondes & Mautoni Empreendimentos. "Para não correr o risco de ter o segundo requerimento rejeitado, vamos fazer a apreciação dos requerimentos de quebra de sigilo."

Explicações. Na Câmara, o líder do PPS, deputado Rubens Bueno (PR), também quer convocar Lula, Luis Cláudio e Carvalho na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. O parlamentar quer que eles expliquem as denúncias de que teria havido pagamento de R\$ 36 milhões na Medida Provisória 471, de 2009, que resultou na prorrogação de 2011 a 2015 da política de descontos no IPI de carros produzidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Bueno quer ouvir também lobistas e representantes da CAO A e da Mitsubishi.

"É impressionante o número de pessoas ligadas ao ex-presidente Lula que são alvo de operações da Polícia Federal. Parece um saco de caranguejo. Puxa um e vem outro grudado", disse Bueno em nota.

As CPIs do BNDES e dos Fundos de Pensão também serão usadas pela oposição para atingir Lula, mas governistas se preparam para reagir. A CPI que investiga irregularidades envolvendo fundos de pensão tentará novamente aprovar convocação de Bumlai. Na semana passada, a CPI já havia tentando aprovar o requerimento, mas o governo obstruiu a sessão. Uma nova votação de requerimentos pode acontecer nesta quinta-feira. "A pressão da opinião pública é essencial para que a gente consiga alguns votos que são sensíveis a este sentimento de querer se aprofundar a investigação", afirmou o presidente da CPI, Effaim Filho (DEM-PB). "Nossa vantagem é que uma CPI comandada pela oposição não tem influência do governo na blindagem das pautas. Mas é preciso ter maioria para aprovar".

Na CPI do BNDES, há requerimentos para convocar Lula e um outro filho do petista, Fábio Luis Lula da Silva, 0 Lulinha. Para o presidente da comissão, Marcos Rotta (PMDB-AM), os requerimentos, porém, só devem ser aprovados

se houver um "cochilo" da base governista.

•Convocação

"Quero ouvir a ex-ministra (da Casa Civil) Erenice (Guerra), o ex-ministro Gilberto Carvalho e o filho do Lula"

Ataídes de Oliveira

SENADOR (PSDB-TO) E PRESIDENTE DA CPI DO CARF

Empresário diz ter "o máximo interesse" em esclarecer o caso

O Estado de S. Paulo - 27/10/2015

Alvos da operação da PF negam as acusações e prometem colaborar com as investigações; Anfavea afasta executivo

O advogado criminalista José Roberto Batochio, que defende o empresário Carlos Alberto de Oliveira Andrade, do grupo CAO A, diz seu cliente foi ouvido pela Polícia Federal na condição de testemunha e que ele "esclareceu todos os pontos abordados". "Havia, sim, um mandado de condução coercitiva para CAO A, mas o mandado nem precisou ser executado. Meu cliente compareceu espontaneamente, até porque tem o máximo interesse em que tudo isso seja esclarecido", afirmou Batochio ao Estado.

Segundo o advogado, a PF quis saber do empresário se ele teve casos submetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf). Oliveira Andrade respondeu que sim, mas ressaltou que "perdeu dois recursos". O empresário também afirmou ter patrocinado eventos de futebol americano "com uma pequena verba, coisa de R\$ 200 mil ou R\$ 300 mil", disse José Roberto Batochio, realizados por Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sobre a Medida Provisória 471, o empresário foi taxativo, diz o advogado. "Ela favorece indústrias automobilísticas e todas as outras que se estabeleceram no Nordeste e no Centro-Oeste. Essas MPs não são direcionadas a empresa A, B ou C, mas a todas as indústrias."

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) suspendeu ontem, por prazo indeterminado, o vice-presidente tesoureiro da entidade, Mauro Marcondes Machado.

De acordo com a Anfavea, a decisão foi tomada pelo presidente da associação, Luiz Moan, após as reportagens publicadas ontem sobre a Operação Zelotes. Em

nota assinada por Moan, a entidade informou que a suspensão se dará "pelo período necessário para defesa e conclusão do processo investigativo pelos órgãos institucionais".

Na Anfavea, Marcondes representava a MMC Automotores do Brasil, responsável pela produção de veículos da Mitsubishi no País. A MMC Automotores do Brasil informa que já vinha colaborando com as investigações da PF e do Ministério Público Federal, pois a empresa tem todo o interesse em esclarecer os fatos."

O advogado de José Ricardo da Silva, Getúlio Humberto Barbosa de Sá, afirmou que a prisão de seu cliente é infundada, pois não haveria "rato novo" que a motivasse. Segundo ele, desde a deflagração na Operação Zelotes, em março, José Ricardo não está exercendo suas atividades profissionais, o que afastaria a hipótese de estar cometendo crimes.

A defesa de Alexandre Paes dos Santos, o APS, não atendeu aos telefonemas do Estado. A Marcondes & Mautoni Empreendimentos não respondeu à reportagem.

- Indústrias

"Ela (MP 471) favorece indústrias automobilísticas e todas as outras que se estabeleceram no Nordeste e no Centro-Oeste. Essas MPs não são direcionadas a empresa A, B ou C, mas a todas as indústrias".

José Roberto Batochio

ADVOGADO DE CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA ANDRADE DO GRUPO CAO A

O Globo

Irritação no PT com ministro da Justiça cresce após ação da PF

O Globo - 27/10/2015

Deputado vê tentativa de desgastar Lula na véspera do seu aniversário

A operação de busca e apreensão feita pela Polícia Federal no escritório da LFT Marketing Esportivo, de Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, fez crescer no PT a insatisfação com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, acusado de não ter controle da Polícia Federal. Também há reclamações sobre supostos excessos na Operação Lava-Jato, que investiga esquema de corrupção na PETROBRAS, e de vazamentos considerados seletivos. Lula tenta derrubar Cardozo desde o final do ano passado, mas, nesse período, Dilma já fez duas reformas ministeriais e não mexeu na pasta da Justiça.

- Adio um absurdo é uma total arbitrariedade. Ninguém me convence de que não fizeram isso porque amanhã (hoje) é aniversário do Lula - disse o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), relator da subcomissão da Câmara para acompanhamento das operações da Polícia Federal alusivas ao sistema tributário nacional.

A investida da Operação Zelotes na empresa do filho de Lula também causou preocupação no Palácio do Planalto. O governo teme o "efeito dominó". A avaliação é que o desgaste de Lula respinga no PT e, por tabela, na presidente Dilma.

DILMA RESISTE A DEMITIR CARDOZO Para sustentar o discurso de motivação política nas ações da Polícia Federal contra Lula e o PT, Pimenta lembrou que o então tesoureiro do partido, João Vaccari Neto, foi alvo de um mandado de condução coercitiva, no âmbito da Lava-Jato, na véspera do evento de comemoração de 35 anos do partido, em fevereiro. Vaccari acabou preso em abril, um dia antes de reuniões da Executiva e do Diretório Nacional do PT.

Lideranças petistas questionaram ainda o foco da Operação Zelotes no filho de Lula e cobraram ações da Polícia Federal contra as grandes empresas que teriam sonogado e corrompido conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

- O que o filho do Lula tem a ver com a corrupção no Carf? - questionou uma liderança petista.

Entre os presos pela Polícia Federal sob suspeita de envolvimento com fraudes no Carf está Mauro Marcondes Machado, sócio da Marcondes & Mautoni. Ele é acusado de negociar interesses de montadoras com conselheiras do Carf. A Marcondes & Mautoni Empreendimentos fez repasses à LFT Marketing Esportivo. Essa é uma das consultorias suspeitas de atuar a favor da medida provisória que prorrogou benefícios fiscais de montadoras de veículos, como informou o jornal "O Estado de S.Paulo". Apesar da pressão de Lula e do PT, Dilma resiste a entregar a cabeça de Cardozo. O próprio ministro já deu sinais de cansaço e de que gostaria de deixar o cargo, mas a avaliação no Planalto é que substituí-lo em meio à Lava-Jato seria uma péssima sinalização. Na ofensiva contra Cardozo, Lula já tentou emplacar no Ministério da Justiça até o vice-

presidente Michel Temer.

Em reunião com deputados do PT em Brasília, no último dia 15, Lula se queixou, de acordo com participantes do encontro, de que toda semana há uma "saraivada de ataques" contra ele e sua família.

LULA DIZ TER ORGULHO DO OUE FEZ O próprio ex-presidente é alvo de inquérito aberto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO do Distrito Federal para investigar suposto tráfico de influência em favor de empreiteiras no exterior. Em depoimento prestado espontaneamente no último dia 15, Lula disse ter orgulho de defender empresas brasileiras e que essa seria prática comum de presidentes e ex-presidentes de outros países.

No mesmo depoimento, Lula admitiu que pode ter entregado ao então ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, uma carta de Cuba pedindo um financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), órgão que é subordinado ao ministério

Folha de S.Paulo

Advogado de filho de Lula afirma que suspeitas não fazem sentido

Folha de S. Paulo - 27/10/2015

Gilberto Carvalho admitiu conhecer suspeito preso, mas disse que jamais recebeu valor ilícito

GRACILIANO ROCHA E GABRIEL MASCARENHAS

O advogado Cristiano Zanin Martins, que defende Luis Cláudio Lula da Silva, criticou a operação de busca nos escritórios da LFT e da Touchdown, do filho do ex-presidente Lula. Ele pediu à Justiça e à PF acesso ao material usado para justificar a medida. Disse que a falta de acesso “impede que a defesa possa exercer o contraditório e tomar outras medidas cabíveis”.

“A busca e apreensão dirigida à Touchdown revela-se despropositada na medida em que essa empresa não tem qualquer relação com o objeto da investigação da chamada Operação Zelotes”, disse.

A LFT é citada por ter recebido R\$ 2,4 milhões da Marcondes & Mautoni (M&M), firma de lobistas que atuaram na aprovação da medida provisória com benefícios fiscais à indústria automobilística.

“A simples observação da data da constituição da empresa é o que basta para afastá-la de qualquer [...] suspeita”, disse Martins. “A MP foi editada em 2009 e a LFT constituída em 2011 - dois anos depois”. Já a prestação de serviços da LFT à M&M ocorreu só em 2014 e

2015, informou.

O advogado disse que os serviços prestados pela LFT podem ser comprovados.

INTERPRETAÇÕES

O ex-ministro Gilberto Carvalho se diz indignado em ver seu nome citado na Operação Zelotes e desafia “quem quer que seja” a provar que ele tenha recebido recurso ilícito: “Nunca recebi dinheiro nenhum. Eu tenho uma chácara, um apartamento para pagar em vinte anos e uma filha falida, a quem tenho de ajudar. Estão fazendo meras e tristes interpretações”, disse.

Carvalho admite que conhece um dos suspeitos presos, Mauro Marcondes, da M&M. “Quando era chefe de gabinete, eu o recebia para tratar de temas relativos a ele ter uma audiência com o presidente Lula. Vinha demandar interesses do setor automobilístico, algo normal. Nunca o encontrei fora do meu gabinete”, disse.

Carvalho disse que Lula conhece Marcondes há anos, mas não sabe se são amigos. Ele confirma que, num dos encontros, em 2013, Marcondes pediu ajuda na renovação da MP, mas argumenta que MPs não passavam por sua alçada.

O ex-ministro prestou depoimento à PF. A delegada perguntou se ele já havia recebido algum presente de Marcondes. “Quando adotei minhas duas filhas, em 2009, ele enviou duas bonecas para elas. Pelo que entendi, elas não tinham valor nenhum”, disse à Folha.

A Caoa informou que Carlos Alberto de Oliveira Andrade esteve na PF na condição de “testemunha-informante” e que a empresa jamais contratou ninguém para atuar na aprovação de MPs. Acrescenta que, em se tratando do Carf, os dois recursos de seu interesse foram rejeitados.

A Mitsubishi informou que “já vinha colaborando com as investigações”.

Advogado de José Ricardo da Silva, Getúlio Humberto de Sá considera que não há motivo para a prisão de seu cliente. “O juiz diz que ele foi preso para evitar a possibilidade de continuar cometendo crimes. Possibilidade? Ele não tem mais negócio algum no Carf nem fala com personagens do Conselho”.

O advogado de Alexandre Paes Santos não quis se manifestar. A Folha deixou recado para Lytha Spíndola, ex-secretária do Ministério do Desenvolvimento, mas ela não retornou a ligação.

Fernando Mesquita negou relação com o caso: “Não tenho a menor influência no Senado nem nunca pedi a qualquer senador sobre como votar”, disse. Ele também nega que tenha recebido dinheiro.

Em nota, a assessoria do Palácio do Planalto afirmou: “O governo espera que todos os

fatos sejam apurados o mais rapidamente possível, bem como seja garantido o princípio do contraditório”.

Correio Braziliense

Coluna - Nas Entrelinhas

Correio Braziliense - 27/10/2015

Negócios de família

LUIZ CARLOS AZEDO

Lula tem se queixado sistematicamente da Lava-Jato, mas a Operação **Zelotes** chegou muito mais próximo do ex-presidente, porque envolveu seu filho, sua nora e o ex-ministro Gilberto Carvalho

A operação de busca e apreensão da Polícia Federal na LFT Marketing Esportivo e na Touchdown Promoção de Eventos Esportivos, de Luiz Cláudio Lula da Silva, e na seguradora Silva Cassaro Corretora de Seguros, empresa de Fátima Cassaro, mulher de Lulinha, tirou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva do sério. Foi a gota d'água em relação o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em quem nunca confiou, e criou novo contencioso com a presidente Dilma Rousseff, que banca a permanência do ministro.

Lula e a cúpula do PT nunca foram favoráveis à presença de Cardozo na pasta. Por causa da Operação Lava Jato, avaliam que ele perdeu o controle da Polícia Federal. Na reformas ministeriais, queriam que o ministro fosse substituído pelo ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Néelson Jobim. Na última semana, intensificaram o lobby em favor de sua substituição pelo deputado Wadih Damous (PT-RJ), ex-presidente da seção fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Suplente, Damous assumiu o cargo e virou estrela da bancada petista na CPI da Petrobras graças a articulações políticas de Lula. Ele é um dos autores dos mandados de segurança que sustaram o rito de votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, que havia sido estabelecido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), atendendo consulta feita pela oposição. Na quinta-feira, na reunião do diretório nacional, à qual Lula estará presente, a saída de Cardozo do Ministério da Justiça voltará à ordem do dia.

O ministro já não faz questão de permanecer no cargo, cumpre a missão a pedido de Dilma. Só não é mais indesejado pela cúpula petista do que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Cardozo, porém, não tem muito o que fazer; seria prevaricar, no mínimo. A Polícia Federal tem autonomia e as operações obedeceram decisões judiciais. A violação do sigilo dessas ações é crime para autoridades e funcionários públicos. A Operação **Zelotes** da Polícia Federal investiga fraudes em julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), ligado ao Ministério da Fazenda.

Segundo a PF, esta nova etapa da operação investiga um consórcio de empresas que, além de manipular julgamentos dentro do **Carf**, negociava incentivos fiscais a favor de empresas do setor de automóveis. A investigação apontou "íntima relação entre as três empresas", que "representam uma unidade empresarial tanto física quanto societária nucleada em Luís Cláudio Lula da Silva", segundo a juíza Célia Regina Orly Bernardes, da 10ª Vara Federal de Brasília, especializada em crimes financeiros e lavagem de dinheiro, que autorizou as buscas.

Luís Cláudio recebeu pagamentos do escritório Marcondes e Mautoni, que teria atuado de forma supostamente ilegal pela aprovação da MP 471, que beneficiou o setor automotivo. Nesta etapa da **Zelotes**, também foram presos o lobista Alexandre Paes dos Santos, em cuja casa foi encontrado um relatório da diretoria de inteligência da Polícia Federal; o ex-conselheiro do **Carf** José Ricardo da Silva, e o sócio dele, Eduardo Valadão; e dois sócios de escritórios suspeitos de captar clientes para o esquema, Cristina Mautoni e Mauro Marcondes, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea).

Pilatos

Lula tem se queixado sistematicamente da Operação Lava Jato, mas a Operação **Zelotes** chegou muito mais próximo do ex-presidente, porque envolveu diretamente seu filho, sua nora e o seu mais próximo colaborador no governo, o ex-ministro Gilberto Carvalho. Petistas defendem a tese de que Cardozo lava as mãos em relação à atuação da Polícia Federal seguindo orientação de Dilma Rousseff.

Nos bastidores do PT, exuma-se o caso da ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha, ex-auxiliar de Lula, que fazia lobby junto à Presidência, conforme e-mails interceptados pela operação Porto Seguro. E também a carta da presidente Dilma Rousseff se eximindo de qualquer responsabilidade em relação à compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), pela Petrobras, à época em que presidia o Conselho de Administração da estatal.

À época, os dois escândalos serviram para jogar água fria na campanha do "Volta, Lula!". A mesma linha foi adotada em relação à Operação Lava-Jato, cujos fatos a atual presidente da República atribui ao governo anterior. Recentemente, Lula queixou-se da declaração de Dilma, em entrevista no exterior, de que no governo dela não havia corrupção. Ou seja, insinuou que herdou a Lava-Jato de Lula.

Cenário MT

Operação **Zelotes investiga suposta compra de medidas provisórias**

A Polícia Federal (PF) investiga suposta negociação na edição de três medidas provisórias que beneficiaram empresas investigadas na Operação Zelotes, que teve nova fase deflagrada ontem (26). As informações constam nas decisões da juíza Célia Regina Bernardes, da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, que autorizaram as buscas e apreensões.

A Zelotes investiga a manipulação de julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda. A PF estima que foram desviados mais de R\$ 19 bilhões.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), as empresas MMC Automotores, representante da Mitsubishi no Brasil, e CAO A Montadora Veículos, importadora da marca Hyundai teriam participado da empreitada ilícita, junto com dois escritórios de consultoria. O MPF identificou o potencial de propina pela aquisição da Medida Provisória 471/2009, que foi convertida na Lei 12.218/10.

A PF e o MPF informaram a juíza que a suposta negociação também é investigada nas Medidas Provisórias 512/10, convertida na Lei 12.407/11 e na Medida Provisória 627/13, convertida na Lei 12.973/14. As medidas concederam incentivos fiscais para a indústria automotiva. Na parte da decisão que teve sigilo retirado, a juíza não menciona quais agentes públicos teriam participado da suposta negociação.

Segundo Célia Regina, o atual estágio das investigações permite concluir que as empresas atuaram para anular os créditos tributários no Carf e comprar legislação para beneficiar grupos privados. Na decisão, a magistrada classificou os acusados como pessoas para quem o crime é meio de vida.

Está-se diante de indícios veementes de compra de legislação, especificamente de prática criminosa que levou os envolvidos a obterem êxito na edição de mais uma medida provisória sob encomenda, mas dessa vez não para obter algum tipo de incentivo benefício direto do governo, mas com o sórdido objetivo específico, afirma a juíza.

Em nota, a Caoa afirmou que nunca contratou qualquer pessoa física ou jurídica para pagar qualquer importância para aprovar MPs. A empresa também declarou que nunca foi favorecida em decisões do Carf, porque perdeu os dois recursos impetrados no conselho.

A MMC declarou que colabora com as investigações da PF e do MPF, pois tem interesse em esclarecer os fatos.

G1

Operação Zelotes prende 6 suspeitos de participar de um esquema no Carf

Heraldo Pereira comenta, de Brasília, a repercussão causada por mais uma operação da Polícia Federal. Uma CPI quer ampliar a investigação.

Depois do enorme estrago causado pela Lava Jato, o mundo político em Brasília está sendo sacudido por mais uma operação da Polícia Federal, mais uma operação de resultados políticos imprevisíveis.

É a Operação Zelotes, que investiga a compra de medidas provisórias, através de propina para beneficiar empresas privadas do setor automotivo. Entenda na reportagem e no comentário de Heraldo Pereira.

As apreensões e prisões foram feitas no Distrito Federal e três estados. Seis pessoas foram presas: José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do Carf; Eduardo Valadão, sócio de José Ricardo; Alexandre Paes dos Santos, lobista; Hallysson Carvalho da Silva, Mauro Marcondes e Cristina Mautoni, sócios do escritório Marcondes e Mautoni.

Mauro Marcondes também é vice-presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos).

Essa quarta etapa da operação teve duas frentes. A primeira envolve a MMC, representante da Mitsubishi no Brasil, e também o grupo Ccoa. Segundo as investigações, a quadrilha conseguiu livrar a MMC de multa de mais de R\$ 260 milhões no Carf.

Já sobre a Ccoa, os documentos não citam valor de multa do grupo que tenha sido reduzido ou anulado. O presidente do grupo, Carlos Alberto Oliveira Andrade, teve que depor.

A outra frente trata de suspeita de compra de legislação, pagamento de propina para elaboração e aprovação de medidas provisórias que beneficiaram o setor automotivo.

Na decisão, a juíza Célia Regina Bernardes afirma que o grupo criminoso atua nessas duas frentes há pelos menos seis anos. Três MPs que concederam incentivos fiscais estão sendo investigadas.

E é nessa parte da investigação que aparecem nomes de pessoas ligadas ao Congresso e ao governo federal. Entre elas, o ex-ministro do governo Dilma e chefe de gabinete do ex-presidente Lula, Gilberto Carvalho. Ele foi ouvido na segunda-feira (26) pela Polícia Federal.

A polícia diz que carvalho seria o contato na presidência da República com os sócios de uma das consultorias investigadas, a SGR, e apresentou um documento apreendido na casa do lobista Alexandre Paes dos Santos, que também foi preso na segunda (26).

Uma anotação do lobista que diz café com Gilberto Carvalho. Outro documento é um e-mail de Mauro Marcondes, da Anfavea, para Gilberto Carvalho. Ele pede ao amigo para que cheguem documentos ao presidente Lula daquela forma informal e low profile que só Gilberto Carvalho consegue fazer.

Na apuração de uma medida provisória que virou lei no ano passado a polícia fez uma ligação com a empresa LFT Marketing Esportivo, do filho do ex-presidente Lula, Luís Cláudio Lula da Silva.

Na segunda (26), os policiais fizeram uma operação de busca e apreensão no escritório. A juíza cita que, de acordo com a investigação, a MMC e a Ccoa pagaram ao escritório de Mauro Marcondes pela edição da medida provisória e que, ao checar a movimentação financeira de saída do escritório, verificou-se o pagamento de R\$ 1,5 milhão à LFT, empresa do filho de Lula.

A juíza afirma: Tem razão o MPF ao afirmar ser muito suspeito que uma empresa de marketing esportivo receba valor tão expressivo de uma empresa especializada em manter contatos com a administração pública.

A investigação também fala de corrupção de parlamentares, mas não cita nomes.

A defesa de Luís Cláudio Lula da Silva disse ao Jornal da Globo que não conseguiu receber as cópias do processo. Afirmou também que a empresa LFT foi remunerada por serviços devidamente prestados a empresa de Mauro Marcondes e os comprovantes estão à disposição das autoridades.

O Jornal da Globo não conseguiu contato com a defesa de Mauro Marcondes. A Anfavea disse que ele foi suspenso temporariamente.

Em nota, o ex-ministro Gilberto Carvalho negou qualquer interferência no andamento de medida provisória e disse que não recebeu valores de qualquer pessoa durante os 12 anos no Palácio do Planalto, e que ele e o presidente Lula jamais se envolveram nesse tipo de negociação.

A Casa Civil da presidência da República afirmou que não comenta investigações em andamento. O Instituto Lula também não quis se manifestar.

A MMC Automotores afirmou que já colaborava com as investigações.

A CAOÁ afirmou que o grupo jamais pagou para a aprovação de medidas provisórias e que obteve resultados negativos nos dois recursos que impetrou no **Carf**.

O Jornal da Globo não conseguiu falar com a defesa da empresa SGR e tampouco com Alexandre Paes dos Santos.